



**CLIPPING INTERNET**  
**04/07/2019 ATÉ 04/07/2019**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	1
2	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	2.1 PORTAL PINDARÉ.....	2
3	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	3.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	3
	3.2 SITE MA 10.....	4
4	COMARCAS	
	4.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	5
	4.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	6
	4.3 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	7
	4.4 SITE AGORA SANTA INÊS.....	8
	4.5 SITE G1 MARANHÃO.....	9
	4.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	10
	4.7 SITE MA 10.....	11
	4.8 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	12
5	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
	5.1 BLOG AQUILES EMIR.....	13
6	CORREGEDOR (A)	
	6.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	14
7	DECISÕES	
	7.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	15
8	DESEMBARGADOR	
	8.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	16
9	INSTITUCIONAL	
	9.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	17
	9.2 BLOG CESAR BELO.....	18
	9.3 BLOG DIEGO EMIR.....	19
	9.4 BLOG DO LINHARES.....	20
	9.5 BLOG DO NETO FERREIRA.....	21
	9.6 BLOG JORGE ARAGÃO.....	22
	9.7 BLOG KIM LOPES.....	23
	9.8 BLOG MARCO DEÇA.....	24
	9.9 BLOG MARCO SILVA.....	25
	9.10 BLOG RICARDO SANTOS.....	26
	9.11 PORTAL DO MUNIM.....	27
	9.12 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	28 29
	9.13 SITE MARANHÃO HOJE.....	30
10	JUÍZES	
	10.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	31
	10.2 SITE IMIRANTE.COM.....	32
	10.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	33
	10.4 SITE JORNAL PEQUENO.....	34
11	PRESIDÊNCIA	
	11.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	35
	11.2 BLOG DO NETO FERREIRA.....	36
	11.3 BLOG O JORNALEIRO.....	37
12	SINDJUS	
	12.1 SITE SINDJUS.....	38 39
13	VARA CRIMINAL	
	13.1 BLOG DO EDUARDO REGO.....	40
	13.2 BLOG GILBERTO LIMA.....	41
	13.3 BLOG NETO CRUZ.....	42
	13.4 PORTAL DO MUNIM.....	43
	13.5 SITE MA 10.....	44
14	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	14.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	45

## **TJMA emite nota afirmando ser descabida ilação de Edilázio Júnior durante audiência**

O Tribunal de Justiça do Maranhão lançou nota nesta quarta-feira (03) a respeito de manifestação do deputado federal Edilázio Júnior durante oitiva do ex-delegado Tiago Bardal preso por fazer parte de quadrilha de contrabando, e do delegado licenciado Ney Anderson, na Câmara Federal. Edilázio questionou possível uso de token de membros do Poder Judiciário para que representações de interesse de algum delegado chegasse diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

O TJ declarou na nota ser descabida a ilação do uso irregular do dispositivo pelo Judiciário maranhense e que o pedido de informações feito por Bardal ao TJ seguiu o fluxo normal de correspondência de documentos e “não houve em nenhum momento encaminhamento, autuação ou cadastro do referido expediente, através de token de magistrado ou de servidor, do Tribunal de Justiça do Maranhão”.

## GIRO ECONÔMICO

**Precatórios** - A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu até segunda-feira (1<sup>o</sup>) mais de 2,3 mil ofícios de requisição de precatórios advindos dos juízos de execução para notificação dos entes devedores com finalidade de inclusão da previsão da despesa no orçamento do exercício de 2020. Precatório é o procedimento administrativo através do qual se faz o pagamento da dívida pública decorrente de sentença judicial transitada em julgado, obedecendo a uma ordem cronológica de pagamento.

## **"ATIROU NO QUE OUVIU ACERTOU NO QUE FINGIU NÃO OUVIR/ CONFUNDIU BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE INFORMAÇÃO" : GILBERTO LÉDA ALUGOU O BLOG PARA TRANSMISSÃO DOS DELEGADOS FACCIONADOS MAS IGNOROU AS DECLARAÇÕES SOBRE MEMBROS DO GAECO/ TJ-MA QUE OS INCRIMINA MAIS AINDA**

O blogueiro Gilberto Leda/ o "Sarney desde Pequeninho" alugou o blog para os "delegados faccionados" - fez a transmissão da oitiva de Thiago Bardal/ Ney Anderson. Bardal ex-delegado na condição de presidiário flagrado recebendo propina de assaltantes de banco / contrabandista. Ney Anderson afastado do cargo de Delegado da Polícia Civil por uso de cocaína/ conforme informações de Jefferson Portela.

Gilberto Leda atirou no que ouviu ( aquilo que Aluísio Mendes mandou escrever )/ acertou no fingiu não ouvir ( as declarações de Thiago Bardal/ Ney Anderson sobre membros do Poder Judiciário/ Ministério Público). Leda atendendo os faccionados divulgou "busca/ apreensão" na SEIC. Jefferson Portela informou que aconteceu uma reunião de trabalho/ da qual ele não participou/ não podendo assim informar sobre a pauta.

Qualquer estudante de direito que assistiu/ ouviu a oitiva dos delegados faccionados Thiago Bardal/ Ney Anderson no blog alugado do Gilberto Leda percebeu que mesmo ensaiados separadamente - Ney Anderson leu as declarações/ Thiago Bardal por vídeo conferência - não conseguiram estabelecer nexos/ vínculos/ indícios de provas sobre "espionagem dos magistrados"/ sendo citados números de assessores de desembargadores/ nome de um promotor.

As declarações inverídicas/ desprovidas de fundamentos dos delegados Thiago Bardal / Ney Anderson transmitida pelo blog alugado de Gilberto Leda devem incriminar ainda mais a dupla "Me dá Cem Mil/ Cheira Pó" - Bardal Anderson - que estaria a serviço do Crime Organizado/ sob a orientação dos ex-Secretários de Segurança Aluísio Mendes/ Raimundo Cutrim. Leda diz que Raquel Dodge recebe denuncia/ federaliza o caso antes de sair da PGE.

## **Edilázio destaca gravidade de acusações de delegados e anuncia pedido para federalização de investigações**

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) apontou gravidade das acusações dos delegados de Polícia Civil, Tiago Bardal e Ney Anderson, contra o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB) em oitiva realizada ontem na Câmara Federal, e anunciou que pedirá a federalização das investigações.

Bardal e Ney Anderson foram ouvidos pela Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado e reafirmaram as denúncias de determinação de investigações clandestinas da SSP contra desembargadores do Tribunal de Justiça, familiares e assessores dos magistrados, além de lideranças políticas do estado.

“Todos nós estávamos ansiosos sobre o depoimento dos delegados, puderam esclarecer e tirar várias dúvidas. E eles mostraram muita firmeza, foram contundentes. Falaram nomes de operações, nomes de pessoas que foram investigadas e cabe agora ao secretário de Segurança pedir voluntariamente a auditoria no Sistema Guardiã ou aguardar o que vou fazer aqui na Câmara e no Senado, que é pedir a federalização das investigações, para que possamos saber quem está faltando com a verdade, se são os delegados e ou se é o secretário de Segurança Pública do estado do Maranhão”, disse.

Na oitiva aos delegados, Edilázio elaborou perguntas e pediu explicações dos delegados a respeito de como se davam as supostas intervenções da cúpula da SSP em investigações clandestinas contra magistrados e políticos.

Ele mostrou preocupação com o caso, alertou a necessidade de a Polícia Federal realizar uma investigação isenta do caso e cobrou respostas do Governo.

Bardal participou da oitiva por meio de videoconferência, da sede da PF, em São Luís. Já Ney Anderson foi ouvido de forma presencial.

## **TJMA emite nota afirmando ser descabida ilação de Edilázio Júnior durante audiência**

O Tribunal de Justiça do Maranhão lançou nota nesta quarta-feira (03) a respeito de manifestação do deputado federal Edilázio Júnior durante oitiva do ex-delegado Tiago Bardal preso por fazer parte de quadrilha de contrabando, e do delegado licenciado Ney Anderson, na Câmara Federal. Edilázio questionou possível uso de token de membros do Poder Judiciário para que representações de interesse de algum delegado chegasse diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

O TJ declarou na nota ser descabida a ilação do uso irregular do dispositivo pelo Judiciário maranhense e que o pedido de informações feito por Bardal ao TJ seguiu o fluxo normal de correspondência de documentos e "não houve em nenhum momento encaminhamento, autuação ou cadastro do referido expediente, através de token de magistrado ou de servidor, do Tribunal de Justiça do Maranhão".

The post TJMA emite nota afirmando ser descabida ilação de Edilázio Júnior durante audiência appeared first on Blog do Clodoaldo.

## **PEDRINHAS: Comarca de Timon realiza primeira audiência criminal por videoconferência**

A 1ª Vara Criminal de Timon realizou na última terça-feira (2) uma audiência por videoconferência, para oitiva de um acusado que se encontra preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A audiência foi a primeira da comarca por meio do sistema, presidida pelo juiz titular Rogério Monteles da Costa, referente a uma ação penal sobre receptação e adulteração de sinal de veículo, cumulados com porte ilegal de arma.

A audiência foi realizada em sala própria no Fórum de Timon, com a participação do juiz, a promotora de Justiça e advogado do acusado. No Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, o acusado esteve em uma das duas salas equipadas com o sistema. “É um sistema que reduz custos com a condução do preso que antes teria de vir de Pedrinhas até Timon sob escolta, além de proporcionar celeridade processual sem prejuízo da garantia ao acusado do direito de defesa, já que no caso antes da audiência o advogado teve acesso a conversar em entrevista reservada com seu cliente”, observa o magistrado.

**CUSTOS** - A ampliação das audiências criminais por meio de videoconferência é uma das prioridades na atual gestão do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, com o fim de aumentar a agilidade e segurança do procedimento, com economia de recursos. O sistema já está em operação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e em cerca de 20 fóruns judiciais, permitindo a realização de audiências sem o deslocamento de presos até os fóruns onde tramitam os processos criminais.

Levantamento do Ministério da Justiça e Secretaria de Segurança Pública dá conta que o Brasil gastou cerca de R\$ 248 milhões em 2018 com despesas relacionadas ao transporte de presos, entre custos com manutenção, combustível e diárias, tendo o Maranhão dispensado mais de R\$ 12 milhões para esse fim.

Até o final deste ano, o Poder Judiciário vai implantar o sistema de videoconferência em todas as comarcas de entrância intermediária do Estado. Atualmente, já possuem o sistema instalado as comarcas de Balsas, Grajaú, Imperatriz, São João dos Patos, Chapadinha, Pinheiro, Caxias, Pedreiras, Bacabal, Barra do Corda, Presidente Dutra, Tuntum, Timon, Vitorino Freire, Zé Doca, Itapecuru Mirim, Rosário, São Luís e Vargem Grande.

Para o corregedor geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o investimento da presidência do TJMA na aquisição dos sistemas de videoconferência representa não apenas economia nos custos, mas principalmente melhoria na segurança de todos os envolvidos no procedimento da audiência criminal, sejam agentes de segurança, presos ou servidores públicos. “Essa economia vai trazer benefícios para toda a sociedade, uma vez que os recursos que vamos economizar poderão ser aplicados na saúde, educação, segurança e outras áreas de interesse social”, observa.

**REGULAMENTAÇÃO** - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) regulamentou a utilização do sistema de videoconferência para realização de audiências no âmbito do Poder Judiciário com a publicação da Resolução Nº 61/2016. Pela resolução, havendo disponibilidade de recursos financeiros e adequação técnica, o sistema de



videoconferência deve ser implantado nas unidades judiciais de todo o Estado.

A Resolução destaca que o Poder Judiciário poderá celebrar convênio com órgãos externos visando à integração daqueles com o sistema de audiência por videoconferência, para interrogatório de réu preso na mesma comarca em que tramita o processo, para interrogatório de réu preso em comarca diversa e que exige expedição de carta precatória e para inquirição de testemunha residente em comarca diversa e que exige a expedição de carta precatória.

O réu solto, residente em outra localidade e que optar pelo interrogatório, poderá ser ouvido por videoconferência se ficar comprovado que há relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal. Quando o magistrado optar pelo depoimento de réu preso pelo sistema de videoconferência, deverá fundamentar a decisão, conforme prevê o Código de Processo Penal. Quando o réu preso for interrogado por videoconferência, fica facultado ao defensor ou advogado do réu escolher se acompanhará audiência na sala do fórum ou na sala do estabelecimento prisional. As informações são do TJMA.

## **Documentos que podem comprovar espionagem na SSP são apreendidos na SEIC**

Fontes ligadas ao Departamento de Combate ao Crime Organizado confirmaram que representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público do Maranhão estiveram no fim da tarde de ontem (3) na sede da Seic, no Bairro de Fátima, para apreender documentos que podem comprovar espionagem na SSP.

A presença dos membros dos órgãos foi rápida e o material apreendido será, a partir de hoje (4), analisado.

Após a apreensão, reuniões internas na Seic foram realizadas até a noite. Membros da superintendência estariam preocupados com o desfecho do caso.

Na terça-feira (3), os delegados Tiago Bardal e Ney Anderson confirmaram todas as denúncias feitas anteriormente de uso da SSP para monitorar adversários do Governo.

Uma das razões para a espionagem seria evitar a deflagração de uma "Lava-Jato" maranhense, que poderia redundar - tal qual a operação nacional - em prisões de nomes importantes (entenda aqui).

Sobre os depoimentos dos delegados, até o momento, Dino não se manifestou.

Deputados levarão as denúncias ao conhecimento da Procuradoria-Geral da República.

# Em Açailândia, acusado de tentativa de homicídio é condenado a nove anos de prisão

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira, dia 2. No banco dos réus, Jacleuson Feitosa dos Santos, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Danyel Mota Sousa. O Conselho de Sentença, formado por jurados da comunidade, decidiu pela condenação do réu, sendo fixada a pena de nove anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Destaca a denúncia que o crime aconteceu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão. Narra ainda que, na data mencionada, o réu estaria rondando as imediações do posto, supostamente com o intuito de cometer outros tipos de crimes e sendo impedido pela ação dos frentistas do posto, entre os quais, a vítima Danyel Mota. De acordo com a polícia, Jacleuson fazia abordagem a um caminhoneiro quando foi contido por Danyel e mais um frentista. Jacleuson teria ido até sua residência e voltado armado com uma espingarda.

Ao chegar ao posto, ele teria alvejado Danyel com um disparo, e retornado para casa, sendo capturado horas depois. Na residência do acusado, a polícia encontrou a espingarda e mais um projétil intacto. Ele assumiu ter atirado em Danyel, mas não com a intenção de matar.

Além do juiz-presidente do júri, participaram da sessão a promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freira, que atuou na acusação, e as defensoras Amanda Maria Costa e Lívia Cavalcante Aguiar Lessa, que atuaram da defesa de Jacleuson Feitosa dos Santos. O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de Açailândia.

(Informações do TJ-MA)

## **Jefferson Portela é acusado de mandar grampear advogado e servidor do Fórum de São Luís**

?<http://www.netoferreira.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Segurança-Pública-e-Combate-ao-Crime-Organiza-do-Espionagem-no-Maranhão-02072019-16302.mp4>

O advogado Thiago Nascimento e o servidor público do Fórum de São Luís, conhecido como Bebetinho, foram alvos de grampos ilegais ordenados pelo secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela. A revelação foi feita pelo delegado licenciado da Polícia Civil, Ney Anderson Gaspar, na oitava ocorrida na terça-feira (2), na a Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado da Câmara dos Deputados.

Gaspar citou ainda dois números que foram inseridos na "barriga de aluguel" para que Portela pudesse ter informações de desembargadores para usar como chantagem política.

De acordo com o delegado, os grampos ocorreram durante a operação "Benu"- deflagrada em 2018 contra facções criminosas- e foram feitos contra Thiago e Bebetinho pois ambos tem relações próximas com vários assessores, magistrados e outros advogados.

Durante a oitava Ney Anderson detalhou o modus operandis, no qual ele classifica como pirâmide, usado pelo secretário para obter as informações: "(...) isso é que nem uma pirâmide no tráfico, tu pegas o traficante pequeno, através do traficante pequeno, tu chega no traficante médio, até chegar no maior, ele jamais vai colocar um magistrado logo de início numa barriga de aluguel".

A audiência também teve como convidado o ex-delegado Tiago Bardal.

## **Presidente do TJ nega uso ilegal de dispositivo do Judiciário pela Secretaria de Segurança**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, negou o uso de token de membros do Poder Judiciário para que representações de interesse de algum delegado chegasse diretamente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O fato foi questionado pelo deputado Edilázio Júnior durante oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson, na Câmara Federal.

José Joaquim afirmou que a hipótese é totalmente descabida.

De acordo com a nota, à época o delegado Tiago Bardal encaminhou à Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, em 11 de outubro de 2017, ofício, acompanhado de petição inicial e anexos, solicitando providências junto ao CNJ.

Leia a íntegra da nota:

"Tendo em vista manifestação do deputado Edilázio Júnior que, durante oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson, nessa terça-feira (02/07/2019), na Câmara Federal, questionou possível uso de token de membros do Poder Judiciário para que representações de interesse de algum delegado chegasse diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, vimos esclarecer que tal hipótese é totalmente descabida, não sendo plausível ilações sobre o uso indevido do dispositivo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

À época, o delegado Tiago Bardal encaminhou à Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, em 11/10/2017, ofício, acompanhado de petição inicial e anexos, solicitando providências junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 19/10/2017, a então Corregedora-Geral da Justiça do Maranhão, Desembargadora Anildes Cruz, o expediente e seus anexos à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em 24/10/2017, o então Presidente da Corte Estadual de Justiça, Desembargador Cleones Cunha, à época, determinou a remessa do supramencionado ofício e seus anexos ao Conselho Nacional de Justiça para conhecimento e providências cabíveis, o que foi cumprido, na mesma data, via CORREIOS, conforme comprovante de postagem.

A correspondência foi recebida no Conselho Nacional de Justiça em 27/10/2017, às 11:58 horas, conforme protocolo nº 14466.

Na data de 10/11/2017, o então Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça determinou a autuação e distribuição da RD para processamento.

Cumprе destacar que não houve em nenhum momento encaminhamento, autuação ou cadastro do referido expediente, através de token de magistrado ou de servidor, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A remessa seguiu o fluxo regular de documentos, via EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, sendo autuada e processada diretamente pelo órgão competente, no caso, o Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, o Tribunal de Justiça do Maranhão e seus membros jamais infringiriam qualquer norma visando atentar contra a dignidade da Justiça."

## **Acusado de tentativa de homicídio é condenado a 9 anos de prisão em Açailândia**

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira, dia 2. No banco dos réus, Jacleuson Feitosa dos Santos, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Danyel Mota Sousa. O Conselho de Sentença formado por jurados da comunidade decidiu pela condenação do réu, sendo fixada a pena de 9 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Destaca a denúncia que o crime ocorreu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão. Narra ainda que, na data mencionada, o réu estaria rondando as imediações do posto, supostamente com o intuito de cometer outros tipos de crimes e sendo impedido pela ação dos frentistas do posto, entre os quais, a vítima Danyel Mota. De acordo com a polícia, Jacleuson fazia abordagem a um caminhoneiro quando foi contido por Danyel e mais um frentista. Jacleuson teria ido até sua residência e voltado armado com uma espingarda.

Ao chegar no posto, ele teria alvejado Danyel com um disparo, e retornado para casa, sendo capturado horas depois. Na residência do acusado, a polícia encontrou a espingarda e mais uma munição intacta. Ele assumiu ter atirado em Danyel, mas não com a intenção de matar.

Além do juiz-presidente do júri, participaram da sessão a promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freira, que atuou na acusação, e as defensoras Amanda Maria Costa e Lívia Cavalcante Aguiar Lessa, que atuaram na defesa de Jacleuson Feitosa dos Santos. O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de Açailândia.

## **CONCURSO PÚBLICO: Justiça manda Prefeitura de São Luís apresentar lista de professores contratados**

O Município de São Luís tem o prazo de 10 dias para apresentar, à Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital, a lista contendo todas as informações relativas aos professores contratados pelo município sem concurso público e vinculados a Secretaria de Educação - SEMED. A determinação foi dada pela Justiça durante audiência de tentativa de conciliação realizada na última segunda-feira, 1<sup>o</sup>, no Fórum de São Luís, com a participação do Sindeducação e professores aprovados no último concurso público.

A magistrada Maria da Conceição Rego, respondendo pela unidade judicial, também determinou que a Prefeitura de São Luís comprove o número de candidatos efetivamente convocados; disponibilize informações da folha de pagamento da Educação de 2017, 2018 e 2019, este de janeiro a junho.

De acordo com a presidente do Sindeducação, professora Elisabeth Castelo Branco, a ação é oriunda de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado pelo Ministério Público com o Município de São Luís, em 2014, que previa, dentre outros, realização de concurso público para suprir o deficit de professores na Rede, o que ocorreu apenas em 2016, mas a convocação está acontecendo de forma muito lenta, enquanto crianças e adolescentes ficam sem professores.

“É uma situação lamentável, pois o deficit de professores em 2014 já era de duas mil vagas, o município fez um concurso com menos de mil, e até hoje não convocou metade dos aprovados, prejudicando todo o trabalho da Rede Pública Municipal”, finalizou Elisabeth Castelo Branco.

Durante a audiência, o Ministério Público acusou o Município de São Luís de manter, em sua folha de pagamento, 640 professores contratados, fato que impediria a convocação de todos os aprovados, violando as regras constitucionais de preenchimento dos cargos públicos. “O número de vagas em aberto à época do concurso já está defasado, hoje já é bem maior em razão das aposentadorias efetivadas por centenas de professores”, lembrou a promotora Luciane Belo, titular da 2<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Educação de São Luís.

Para o Ministério Público, há uma grande demora, por parte do município, na resolução desses problemas, e requereu a apreciação do pedido Liminar feito na ação. “O TAC firmado à época junto à 1<sup>a</sup> Vara da Infância de São Luís em 2014, posteriormente declinado para a Vara de Interesses Difusos, explica bem toda a problemática dessa questão”, finalizou o MP.

A Justiça abriu prazo para o Município de São Luís apresentar contestação e juntar as informações requisitadas. Em defesa os representantes da prefeitura disseram que o concurso foi prorrogado até Maio de 2021, e que já foram convocados 500 aprovados.



## **Justiça condena ex-prefeito que transferiu dinheiro de cidade no MA para conta pessoal**

A Justiça do Maranhão condenou o ex-prefeito de São João do Carú, Jadson Lobo Rodrigues, o Jadson do Zezinho, por dispensa ilegal de licitação e crime de responsabilidade -desvio de dinheiro público.

Jadson do Zezinho foi condenado pelo juiz Bruno Barbosa Pinheiro a cinco anos e cinco meses de prisão e mais três anos de detenção, além do pagamento de dez dias-multa. O valor do dia-multa foi fixado em cinco salários mínimos. Ele pode recorrer em liberdade.

São João do Caru, com cerca de 16 mil habitantes, fica a cerca de 360 quilômetros de São Luís. A sentença, de 18 de junho, divulgada ontem, aponta que o ex-gestor contratou serviços contábeis sem procedimento licitatório e realizou transferências bancárias no valor de R\$ 200 mil.

Segundo a Promotoria, o ex-prefeito também realizou transferências bancárias de valores pertencentes ao município para sua própria conta bancária e de pessoas ligadas a ele. “Jadson do Zezinho” recebeu R\$ 6.255,47 em sua conta pessoal e a companheira dele, Thalia Ferreira, R\$ 8.080,00.

A Justiça decretou a inabilitação de Lobo, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação do dano causado ao patrimônio público ou particular.

O ex-prefeito foi condenado a reparar os prejuízos causados aos cofres públicos em R\$ 1.449.875,47, “valor referente às transferências ilegais subtraídas do patrimônio público municipal”.

### **Irregularidades**

De acordo com o promotor de Justiça Fábio Santos de Oliveira, titular da Comarca de Bom Jardim, da qual São João do Caru é termo judiciário, em 2016, o então vice-prefeito Antônio Pereira da Silva formulou representação ao Ministério Público do Maranhão denunciando que o gestor teria “realizado diversas compras sem o procedimento licitatório” e anexou comprovantes de transferências bancárias.

O contador da prefeitura, Hadad Mendes, contratado sem licitação, recebeu R\$ 200 mil. A irmã de um empresário aliado político do ex-gestor, Sanmara Pinheiro, recebeu R\$ 1.235.540,00.

### **Defesa**

A reportagem tenta localizar o ex-prefeito de São João do Caru. O espaço está aberto para manifestação.

## **Professor é preso suspeito de crime de estelionato em Axixá**

O professor Marlow César Santana Oliveira, de 40 anos, foi preso por policiais da 1ª Delegacia Regional de Rosário, na tarde dessa quarta-feira (03), no município de Axixá, em cumprimento a mandado de prisão preventiva, expedido pela Primeira Vara Criminal de São Luís em 10 de setembro de 2013. A prisão é decorrente de investigações da Delegacia de Defraudações.

Marlow é suspeito de ter praticado crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP contra aproximadamente sete vítimas.

No mandado de prisão, consta que ele praticou crime previsto no artigo 312 do Código Penal (apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio), com pena de dois a doze anos, e multa.

Ele seria proprietário de uma empresa e pedia que fossem emitidas notas em nome da Prefeitura de Vitorino Freire. Para pagamento, ele repassava cheques emitidos em nome do fundo municipal de saúde, todos sem fundos e um deles com informação de fraude.

O mesmo foi encaminhado ao presídio, onde está à disposição da Justiça.

## **Espionagem: Roberto Rocha solicita audiência pública no Senado**

Sem perder tempo e cumprindo o que prometeu na terça-feira (02), o senador Roberto Rocha (PSDB), nesta quarta-feira (03), já protocolou o pedido de audiência pública no Senado Federal para também ouvir o delegado Ney Anderson e o ex-delegado Thiago Bardal, sobre as denúncias de espionagem no Maranhão.

A solicitação de Roberto Rocha acontece um dia após Ney Anderson e Thiago Bardal terem participado de oitivas na Comissão de Segurança da Câmara Federal. Os dois reafirmaram as acusações contra o atual secretário de Segurança do Maranhão, Jefferson Portela, afirmando que Portela direciona investigações e que realizou grampos e investigações ilegais contra desembargadores e políticos maranhenses.

Vale lembrar que o delegado Ney Anderson confirmou, na oitiva da Câmara Federal, que o senador Roberto Rocha teria sido um dos alvos das supostas investigações ilegais. Veja abaixo o Requerimento do senador maranhense.

É aguardar e conferir, mas pelo visto o Caso de Espionagem do Maranhão deve mesmo chegar no Senado Federal.

## **Nota Pública: Tribunal de Justiça do Maranhão**

Tendo em vista manifestação do deputado federal Edilázio Júnior que, durante oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson, nessa terça-feira (02/07/2019), na Câmara Federal, questionou possível uso de token de membros do Poder Judiciário para que representações de interesse de algum delegado chegasse diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, vimos esclarecer que tal hipótese é totalmente descabida, não sendo plausível ilações sobre o uso indevido do dispositivo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

À época, o delegado Tiago Bardal encaminhou à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em 11/10/2017, ofício acompanhado de petição inicial e anexos, solicitando providências junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 19/10/2017, a então corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, encaminhou o expediente e seus anexos à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em 24/10/2017, o então presidente da Corte Estadual de Justiça, desembargador Cleones Cunha, à época, determinou a remessa do supramencionado ofício e seus anexos ao Conselho Nacional de Justiça para conhecimento e providências cabíveis, o que foi cumprido, na mesma data, via CORREIOS, conforme comprovante de postagem.

A correspondência foi recebida no Conselho Nacional de Justiça em 27/10/2017, às 11:58 horas, conforme protocolo nº 14466.

Na data de 10/11/2017, o então Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça determinou a autuação e distribuição da RD para processamento.

Cumprir destacar que não houve em nenhum momento encaminhamento, autuação ou cadastro do referido expediente, através de token de magistrado ou de servidor, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A remessa seguiu o fluxo regular de documentos, via EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, sendo autuada e processada diretamente pelo órgão competente, no caso, o Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, o Tribunal de Justiça do Maranhão e seus membros jamais infringiriam qualquer norma visando atentar contra a dignidade da Justiça.

## **Timon: Mutirão de família registra índice de 75% em acordos**

O 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Timon promoveu, no período de 24 a 27 de junho de 2019, o 1º Mutirão de Audiências de Família. Do total de 48 sessões agendadas, foram realizadas 32, com percentual de 75% de acordos.

Na pauta, constavam demandas pré-processuais, encaminhadas pela Defensoria Pública, referentes a pedidos de divórcio, alimentos, guarda de filhos e reconhecimento de paternidade. O esforço registrou também cerca de 8,33% audiências realizadas sem acordo e 16,67% não realizadas por não comparecimento do requerido voluntariamente.

Durante o projeto, os assistidos pela Defensoria tiveram a oportunidade de solucionar seus conflitos com mais celeridade, por meio de parceria firmada com o Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida, e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

A juíza coordenadora do Cejusc de Timon, Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, titular da 1ª Vara Cível, explica que o evento teve como objetivos reduzir a litigiosidade, possibilitar o diálogo e incentivar a cultura da paz, por meio da conciliação e da autocomposição das partes em torno de seus interesses.

A realização do mutirão obedece à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, nos termos da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que propõe a utilização de métodos adequados à natureza e à peculiaridade do conflito para sua solução, como a conciliação e a mediação.

### **CENTRO**

O Centro de Solução de Conflitos de Timon fica localizado nas instalações da Faculdade Maranhense São José dos Cocais (Av. Brasil, 1.003, Mateuzinho). Para mais informações: (99) 3317-2053 ou diretamente com o Telejudiciário (0800-7071581). As informações são do TJMA.

## **Câmara de Timon: Corregedor abre processo administrativo para apurar o ocorrido entre os vereadores Francisco Torres e Raimundo Barbosa**

O Corregedor da Câmara Municipal de Timon, vereador Antunes Macedo, destacou que abriu processo administrativo para apurar o incidente ocorrido entre os vereadores Francisco Torres e Raimundo Barbosa, na sessão plenária desta quarta-feira, 03. O parlamentar ressaltou que após o encerramento do processo o seu parecer será encaminhado para o Conselho de Ética da Casa, para que sejam tomadas as devidas sanções aos parlamentares. As penalidades a serem tomadas vão de suspensão de seis meses até mesmo a perda do mandato.

Antunes Macedo afirmou que os debates divergentes são salutares, mas quando ficam no âmbito político-administrativo, porém é inadmissível o desrespeito e a falta de decoro. "Na sessão de hoje ouve um incidente entre dois vereadores. Agora como corregedor eu abri um processo administrativo para apurar o ocorrido e após a conclusão irei encaminhar meu parecer ao Conselho de Ética para que as devidas providências sejam tomadas", afirmou. As informações são da Câmara de Timon.

## **Edilázio quer PF investigando espionagem clandestina de Jefferson Portela**

Deputado federal diz que denúncias dos delegados Thiago Bardal e Ney Anderson Gaspar são gravíssimas; para ele, sistema Guardiã precisa passar por auditoria independente

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) apontou gravidade das acusações dos delegados de Polícia Civil, Tiago Bardal e Ney Anderson, contra o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB) em oitiva realizada ontem na Câmara Federal, e anunciou que pedirá a federalização das investigações.

Bardal e Ney Anderson foram ouvidos pela Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado e reafirmaram as denúncias de determinação de investigações clandestinas da SSP contra desembargadores do Tribunal de Justiça, familiares e assessores dos magistrados, além de lideranças políticas do estado.

"Eles mostraram muita firmeza, foram contundentes. Falaram nomes de operações, nomes de pessoas que foram investigadas e cabe agora ao secretário de Segurança pedir voluntariamente a auditoria no Sistema Guardiã ou aguardar o que vou fazer aqui na Câmara e no Senado, que é pedir a federalização das investigações, para que possamos saber quem está faltando com a verdade, se são os delegados e ou se é o secretário de Segurança Pública do estado do Maranhão", disse.

Na oitiva aos delegados, Edilázio elaborou perguntas e pediu explicações dos delegados a respeito de como se davam as supostas intervenções da cúpula da SSP em investigações clandestinas contra magistrados e políticos.

Ele mostrou preocupação com o caso, alertou a necessidade de a Polícia Federal realizar uma investigação isenta do caso e cobrou respostas do Governo.

Bardal participou da oitiva por meio de videoconferência, da sede da PF, em São Luís. Já Ney Anderson foi ouvido de forma presencial.

## **Polícia Civil divulga Nota de Esclarecimento sobre notícias falsas publicadas em sites de São Luís**

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia Geral, vem a público esclarecer a respeito de falsas notícias veiculadas em meios de comunicação online, desta capital, que tratam sobre a apreensão de documentos, na tarde de quarta-feira (3), na sede da Superintendência Estadual de Investigações Criminais – Seic, no Bairro de Fátima, por parte de representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário do Maranhão.

A Polícia Civil do Maranhão informa que, de fato, houve a visita à Seic, por parte do Promotor de Justiça Marco Aurélio Fonseca, representante do Ministério Público do Maranhão e do Juiz de Direito Ronaldo Maciel, na data e turno mencionados, ambos, da 1ª Vara de Combate ao Crime Organizado; porém, eles foram a convite da própria Superintendência, a fim de tratar, exclusivamente, sobre a instalação de uma sala de videoconferência na Seic.

Ascom



## **ESTELIONATO - Professor é preso dentro do IEMA**

O professor de Matemática Marlow Cesar Santana Oliveira, conhecido como professor Oliveira, foi preso na tarde de ontem, 3, nas dependências do IEMA de Axixá por estelionato.

Que o IEMA de Axixá é uma referência em educação, isso não é segredo pra ninguém. Recém chegado, Oliveira tratou de cantar de galo só pelo fato de ser irmão de uma coordenadora pedagógica conhecida como Mirla, que é indicação expressão de Jhonatan Almada, que é o reitor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IEMA. Conforme apurou o Blog, para ser professor do IEMA precisa ser concursado ou seletivado e o professor preso Oliveira não é nem uma coisa, nem outra. Ou seja, foi colocado "pela janela".

Desde que chegou ao IEMA - contando com a proteção da "mana" - Oliveira começou a perseguir professores, segundo interlocutores do Blog, sendo alguns destes profissionais de renome e que muito contribuíram para a educação de Axixá.

Uma dessas pessoas, se sentindo assediada moralmente, procurou a Delegacia de Rosário, para prestar queixa. Para surpresa dela e dos policiais, Oliveira tem uma "folha corrida" extensa e um mandado de prisão preventivo em aberto desde 2013, por estelionato.

Conforme ainda foi apurado pelo Blog, Oliveira responderia por 2 crimes de estelionato, 1 de Maria da Penha e 1 por porte ilegal de arma.

A pergunta que não quer calar: Como que o Estado contrata uma pessoa sem fazer uma análise da vida pregressa de seus professores? Com a resposta, o governador Flávio Dino?

### **EM TEMPO**

O Conselho Tutelar de Axixá já entrou com uma representação contra Oliveira, por está ingerindo bebida alcoólica com alunos de menor idade.

Abaixo, release da Polícia Civil do Maranhão:

A Polícia Civil do Maranhão por meio da Primeira Delegacia Regional de Rosário, na tarde de hoje, 03/07/2019, no município de Axixá/MA, efetuou o cumprimento de mandado de prisão preventiva, decisão da Primeira Vara Criminal de São Luís e investigações da Delegacia de Defraudações em desfavor de MARLOW CESAR SANTANA OLIVEIRA.

MARLOW é suspeito de ter praticado crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP contra aproximadamente 7 vítimas. Ele seria proprietário de uma empresa e pedia que fossem emitidas notas em nome da Prefeitura de

Vitorino Freire e para pagamento repassava cheques emitidos em nome do fundo municipal de saúde de Vitorino Freire, todos sem fundos e um deles com informação de cheque fraudado.

O mesmo foi encaminhado ao presídio onde encontra-se à disposição da justiça.

O post ESTELIONATO - Professor é preso dentro do IEMA apareceu primeiro em Neto Cruz.

## **Presidente do TJMA se reúne com dirigentes da OAB/MA**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, reuniu-se nesta quinta-feira (4) com o presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Thiago Diaz, e dirigentes da entidade. O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Angelo Santos, participou da reunião.

## **Roberto Rocha pede audiência no senado para tratar de suspeita de espionagem no Maranhão**

O senador Roberto Rocha (PSDB) vai pedir uma audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal para tratar sobre o caso de suspeita de espionagem no Maranhão.

A declaração foi dada em plenário da Casa após o parlamentar participar da oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson Gaspar, ambos da Polícia Civil, na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado da Câmara dos Deputados, na tarde de terça-feira (2).

Citado sobre a inserção de seu telefone em grampos ilegais sob ordens do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, em maio deste ano, o parlamentar já havia protocolado, junto a Procuradoria Geral da República, uma representação com vistas à abertura de procedimento investigatório contra atos de abuso de poder praticados pelo secretário. Com o mesmo teor, ainda em maio, o senador enviou ofício ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, solicitando medidas investigativas junto à Polícia Federal e aos órgãos internos do Senado para apuração dos acontecimentos.

Na última terça-feira (02), após a oitiva na Câmara, Rocha fez um discurso no plenário do Senado, ocasião em que comunicou ao presidente Davi Alcolumbre que irá tomar providências sobre o caso, que classificou como grave: "Grampear um Senador da República, grampear Deputados Federais, grampear desembargadores para usar como moeda política é algo verdadeiramente inaceitável! E nós vamos exigir, inclusive, uma audiência aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, já que este Senador, que é Corregedor, não pode tomar nenhuma providência em relação ao ocorrido na Câmara dos Deputados. Mas a audiência será tratada aqui também na Comissão de Fiscalização e Controle, que é o território onde o Senado Federal pode tomar as providências", disse o senador.

## **TJMA emite nota afirmando ser descabida ilação de Edilázio Júnior durante audiência**

MARANHÃO - O Tribunal de Justiça do Maranhão lançou nota nesta quarta-feira (03) a respeito de manifestação do deputado federal Edilázio Júnior durante oitiva do ex-delegado Tiago Bardal preso por fazer parte de quadrilha de contrabando, e do delegado licenciado Ney Anderson, na Câmara Federal. Edilázio questionou possível uso de token de membros do Poder Judiciário para que representações de interesse de algum delegado chegasse diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

O TJ declarou na nota ser descabida a ilação do uso irregular do dispositivo pelo Judiciário maranhense e que o pedido de informações feito por Bardal ao TJ seguiu o fluxo normal de correspondência de documentos e “não houve em nenhum momento encaminhamento, autuação ou cadastro do referido expediente, através de token de magistrado ou de servidor, do Tribunal de Justiça do Maranhão”.

## **Professor com mandado em aberto é preso pela polícia em Axixá**

REGIÃO DO MUNIM - No início da tarde desta quarta-feira, 03, a Polícia Civil cumpriu mandado de prisão em aberto desde 2013 em desfavor de Marlow Cesar Santana Oliveira no município de Axixa. Oliveira como é popularmente conhecido é do quadro de professores do Instituto Estadual do Maranhão - IEMA, no pólo da região do Munim.

O professor de matemática foi preso mediante determinação da 1ª vara criminal de São Luís pelo crime de estelionato. Oliveira foi transferido para delegacia regional de Rosário e está custodiado na Unidade Prisional de Rosário - UPR a disposição da justiça.

Marlow Cesar Santana Oliveira também é citado em um ofício do Conselho Tutelar encaminhado a Promotoria de Justiça, onde o mesmo aparece juntamente com colegas de profissão do IEMA em uma mesa de bar com alunos da Instituição.

## Judiciário abre inscrições para Casamentos Comunitários em Pindaré e Tufilândia

O Poder Judiciário de Pindaré-Mirim abriu inscrições, no dia 1º de julho, para o Projeto “Casamentos Comunitários”, que proporciona a união civil de casais sem despesas no pagamento de taxas cartorárias. Noivos interessados já podem se inscrever – gratuitamente – até o dia 6 de setembro de 2019.

Duas cerimônias serão realizadas para o matrimônio de casais residentes em Pindaré-Mirim (sede) e Tufilândia (termo judiciário). As solenidades vão acontecer no dia 31 de outubro de 2019, às 9h, na Escola Dom Pedro II (Rua do Grupo, Centro. Tufilândia) e às 16h no Engenho Central (Avenida Elias Haickel, s/nº, Centro. Pindaré-Mirim).

As inscrições dos interessados em participar do projeto devem ser feitas junto aos cartórios do 2º Ofício Extrajudicial de Pindaré-Mirim (Avenida Olindina, s/nº. Centro) e de Ofício Único de Tufilândia (Rua do Comércio, s/nº. Centro), conforme a cidade de residência dos nubentes.

Na Portaria nº 2017/2019 o juiz Thadeu de Melo Alves, diretor do fórum de Pindaré-Mirim, alerta que “todos os atos de Registro Civil necessários à realização do Projeto “Casamentos Comunitários” organizado pelo Poder Judiciário serão gratuitos, sendo proibida a cobrança de qualquer taxa ou despesa extraordinária pela serventia extrajudicial”.

### Documentação

Os noivos devem apresentar, no dia, da inscrição, os seguintes documentos:

- Certidão de Nascimento; Carteira de Identidade; Carteira de Trabalho; Carteira de Identificação profissional ou Carteira de Habilitação;
- Declaração do estado civil, do domicílio e de residência atual dos noivos e de seus pais - se forem conhecidos;
- Comprovante de Residência;
- Se viúvos, a Certidão de Óbito do cônjuge;
- Se divorciados, certidão do registro da sentença do divórcio;
- Noivos menores de 18 anos deverão apresentar autorização dos responsáveis legais; e se menores de 16 anos, autorização judicial.
- Declaração de duas testemunhas maiores (18 anos ou mais) afirmando conhecer os noivos e não haver qualquer impedimento ao matrimônio, acompanhadas de documentos de identificação e CPF.
- Pacto antenupcial no caso de comunhão total de bens ou separação de bens.

## **EX-PREFEITO DE SÃO JOÃO DO CARU É CONDENADO A MAIS DE CINCO ANOS DE RECLUSÃO**

Após Denúncia do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário condenou o ex-prefeito de São João do Caru, Jadson Lobo Rodrigues, por dispensa ilegal de licitação e crime de responsabilidade (desvio de dinheiro público).

O réu foi condenado à pena de privação de liberdade em cinco anos e cinco meses de reclusão e outra de três anos de detenção, além do pagamento de 10 dias-multa. O valor do dia-multa foi fixado em cinco salários-mínimos.

A sentença, de 18 de junho, aponta que o ex-gestor contratou serviços contábeis sem procedimento licitatório e realizou transferências bancárias no valor de R\$ 200 mil. Ele também realizou transferências bancárias de valores pertencentes ao Município para sua própria conta bancária e de pessoas ligadas a ele.

A justiça decretou a inabilitação do acusado, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Jadson Lobo Rodrigues foi condenado a reparar os prejuízos causados aos cofres públicos em R\$ 1.449.875,47, valor referente às transferências ilegais subtraídas do patrimônio público municipal.

### **IRREGULARIDADES**

De acordo com o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, titular da Comarca de Bom Jardim, da qual São João do Caru é termo judiciário, em 2016, o então vice-prefeito Antônio Pereira da Silva formulou representação ao MPMA denunciando que o gestor teria realizado diversas compras sem o procedimento licitatório e anexou comprovantes de transferências bancárias. O contador da Prefeitura, Hadad Mendes, contratado sem licitação, recebeu R\$ 200 mil. A irmã de um empresário aliado político do ex-gestor, Sanmara Pinheiro, recebeu R\$ 1.235.540,00. Além disso, Jadson Lobo recebeu R\$ 6.255,47 em sua conta pessoal e a companheira dele, Thalia Ferreira, recebeu R\$ 8.080,00.

(Por: CCOM-MPMA)



## **VEREADOR É MANTIDO PRESO E OS DEMAIS AFASTADOS PELA JUSTIÇA APÓS PRÁTICA DE EXTORSÃO EM VITÓRIA DO MEARIM**

Após prisão pelo Gaeco, agora foi a Justiça que tomou a decisão em prender o vereador Oziel Gomes e afastar sete vereadores da Câmara de Vitória do Mearim. Quem proferiu a decisão foi o juiz Haderson Rezende Ribeiro, que atendeu o Ministério Público.

O Gaeco manteve preso por dez dias os vereadores Hélio Wagner Rodrigues Silva, Oziel Gomes da Silva, Marcelo Silva Brito, Mauro Rogério Pires, José Mourão Martins e Benoa Marcos Rodrigues Pacheco. Já os vereadores George Maciel da Paz e Raimundo Nonato Costa da Silva, sofreram com mandados de busca e apreensão.

O fato é que tais vereadores foram acusados de corrupção passiva e associação criminosa por terem praticado a extorsão para dá fim a uma esquisita CPI na área de saúde.

## **TJ do Maranhão escolhe sete juízes para completar quórum nos julgamentos**

O Tribunal de Justiça do Maranhão escolheu sete juízes para compor quórum nos julgamentos quando houver impedimento ou suspeição de algum desembargador.

O sorteio ocorreu em sessão plenária nesta quarta-feira (3/7). Foram sorteados os magistrados Lícia Cristina F. Ribeiro de Oliveira (juíza auxiliar); Holídice Cantanhede Barros (juiz auxiliar); Andréa Cysne Frota Maia (juíza auxiliar); Manoel Aureliano Ferreira Neto (8º Juizado Especial Cível e de Relações de Consumo); Rosária de Fátima Almeida Duarte (1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher); Sônia Maria Amaral F. Ribeiro (1º suplente); e Adinaldo Ataides Cavalcante (2º suplente).

Haverá convocação também nos casos em que magistrados tirarem licenças para tratamento de saúde ou ausências eventuais. Foi fixado ainda que, quando houver necessidade de quórum, a chamada será feita por ordem do sorteio, que inicia com Lícia Cristina F. Ribeiro de Oliveira (juíza auxiliar).

### **Promoção**

Na mesma sessão, o juiz Anderson Sobral de Azevedo, titular da 2ª Vara Criminal da comarca de Caxias, foi promovido por merecimento para juiz auxiliar da comarca da Ilha de São Luís, de entrância final. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-MA.

## **MP pede condenação de ex-prefeitos de Bom Jardim-MA por desvios na previdência municipal**

Segundo MP, gestores denunciados queriam desviar mais de R\$ 7 milhões, mas não conseguiram por conta da ação da promotoria do município.

O Ministério Público do Maranhão entrou com uma denúncia criminal na Justiça por desvio de recursos públicos no município de Bom Jardim, distante 184 km de São Luís. Entre os citados pela ação do promotor Fábio Santos de Oliveira estão os ex-prefeitos da cidade, Malrinete dos Santos Matos (Malrinete Gralhada) e Manoel da Conceição Ferreira Filho (Sinego).

Além dos dois ex-prefeitos, foram denunciados Hadad Mendes Sousa e Sílvia Cristina Rodrigues Sousa, responsáveis pela H. Mendes Sousa - ME, e mais Gilvan Cunha de Sousa, Plínio Marçal Santos Reis, ex-superintendente do Bomprev, Maria Zélia da Silva Rodrigues, Raimundo Gomes dos Reis Filho, Máximo Félix Barbosa Neto, Isamar Lima Barbosa e Rosimar Silva Nascimento.

O G1 tenta contato com os citados pelo Ministério Público.

Segundo a investigação da Comarca de Bom Jardim, o esquema começou quando Lidiane Leite, conhecida como 'prefeita ostentação', foi afastada do cargo de prefeita - também por desvios de recursos públicos - e Malrinete Gralhada assumiu. Segundo o promotor Fábio de Oliveira, a então prefeita comandou com servidores públicos e empresários, um esquema para contrair empréstimos da previdência municipal (Bomprev) e em seguida desviar os recursos para benefício próprio.

"Eles pretendiam desviar R\$ 7,8 milhões, mas com nossa ação rápida conseguimos evitar este saque todo, mesmo assim não conseguiram desviar. Foram até quatro empresas beneficiadas e pessoas físicas também. Na denúncia fundamentamos uma série de indícios de fraudes", disse o promotor.

Depois do afastamento de Malrinete Gralhada, quem assume a prefeitura é Manoel da Conceição e, segundo o MP, as ações criminosas contra a previdência municipal não mudam, pelo contrário, ficam mais intensas.

"A pedido do Ministério Público, Malrinete foi afastada do cargo. Aí o que entrou, fez foi aumentar a prática criminosa", declarou Fábio de Oliveira.

Diante dos fatos, o MP pede que a Justiça condene os envolvidos e que eles devolvam até R\$ 1 milhão aos cofres públicos, valor que estimado pelo órgão como desviado no esquema. "É a responsabilidade solidária. Pode ser apenas um condenado a devolver, como todos", concluiu o promotor.

## **Acusado de tentar matar frentista é condenado a 9 anos de prisão**

Jacleuson Feitosa dos Santos não poderá recorrer em liberdade.

DIVULGAÇÃO/CGJ-MA

AÇAILÂNDIA - O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira (2). No banco dos réus, Jacleuson Feitosa dos Santos, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Danyel Mota Sousa. O Conselho de Sentença formado por jurados da comunidade decidiu pela condenação do réu, sendo fixada a pena de 9 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Destaca a denúncia que o crime ocorreu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão. Narra ainda que, na data mencionada, o réu estaria rondando as imediações do posto, supostamente com o intuito de cometer outros tipos de crimes e sendo impedido pela ação dos frentistas do posto, entre os quais, a vítima Danyel Mota. De acordo com a polícia, Jacleuson fazia abordagem a um caminhoneiro quando foi contido por Danyel e mais um frentista. Jacleuson teria ido até sua residência e voltado armado com uma espingarda.

Ao chegar no posto, ele teria alvejado Danyel com um disparo, e retornado para casa, sendo capturado horas depois. Na residência do acusado, a polícia encontrou a espingarda e mais uma munição intacta. Ele assumiu ter atirado em Danyel, mas não com a intenção de matar.

Além do juiz-presidente do júri, participaram da sessão a promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freira, que atuou na acusação, e as defensoras Amanda Maria Costa e Lívia Cavalcante Aguiar Lessa, que atuaram da defesa de Jacleuson Feitosa dos Santos. O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de Açailândia.

## Justiça interroga irmãs acusadas de homicídio em Matinha

Tainar e Tainara dos Santos, que mataram Kelrry Daiana, em abril, após uma discussão, participaram ontem de audiência de instrução no fórum da cidade

MATINHA - As irmãs Tainar e Tainara dos Santos participaram na tarde de ontem da audiência de instrução no fórum da cidade de Matinha. Elas são acusadas do assassinato a golpes de faca a jovem Kelrry Daiana Ferreira Mouzinho, de 25 anos, fato ocorrido no dia 9 de abril deste ano, no centro de Matinha, a 222 KM da capital maranhense.

A audiência foi presidida pelo juiz daquela cidade, Celso Serafim. No decorrer da sessão, o magistrado ouviu as duas acusadas e 14 testemunhas entre acusação e defesa. Após essa etapa, o magistrado abriu o prazo para o Ministério Público e a defesa para as alegações finais.

Na última terça-feira, 2, os advogados das acusadas chegaram a impetrar, no fórum de Matinha, um pedido de adiamento da audiência, alegando que poderia haver manifestação na porta do fórum e com possibilidade de as suspeitas serem linchadas por populares insatisfeitos com a morte de Kelrry Daiana. O pedido foi indeferido e a sessão foi realizada sem incidentes.

O magistrado informou que determinou o aumento do reforço policial e comunicou a situação à Coordenadoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça. Além disso, o comandante do Batalhão da Polícia Militar de Viana, major Fábio, recebeu a missão de comandar o policiamento da audiência.

### O crime

A polícia informou que durante uma festa em um povoado de Matinha, Kelrry Mouzinho teria discutido com as irmãs Tainar e Taiana dos Santos. Vítima e acusadas trocaram ofensas por meio da rede social.

O clima esquentou e as irmãs, portando uma arma branca, foram até a residência de Kelrry Mouzinho, no centro de Matinha, onde ocorreu o crime. A vítima levou seis golpes de faca. Ela ainda foi socorrida e levada para o hospital, mas morreu antes de ser submetida a tratamento cirúrgico.

Tainar e Taiana dos Santos fugiram e foram presas no dia 4 de abril, no povoado Beco do Ribeira, em Rosário, em cumprimento de uma ordem judicial. Na semana passada, o Tribunal de Justiça atendeu ao pedido da defesa e concedeu a prisão domiciliar a Tainar dos Santos por ter um filho de 6 anos. Já Taiana dos Santos permanece em uma unidade prisional.

## Vistoria no porto

O governo estadual terá a oportunidade hoje de provar que a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) não cometeu qualquer tipo de irregularidade na gestão do Porto do Itaqui. Deputados federais da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados estarão no porto nesta tarde.

Além dos parlamentares, integram a vistoria fiscais do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU). Se tudo estiver dentro das normas legais previstas nos termos de concessão administrativa, a Emap vai provar que as ações que tramitam na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) não têm sentido.

O problema é que é difícil imaginar que tudo está bem na gestão da Emap no Porto do Itaqui. Explica-se: quando o deputado Edilázio Júnior (PSD) apresentou o requerimento para que a comissão da Câmara fizesse uma auditoria no Porto, houve tentativa comunista para evitar a aprovação da vistoria.

Mas por qual motivo se quis evitar a visita técnica? O que os dados da empresa mostram e que a fiscalização poderá descobrir?

São questionamentos que devem ser respondidos hoje. E estes poderão livrar o governo de mais uma situação desconfortante ou confirmar o que a oposição vem afirmando há tempos: a Emap transferiu dinheiro para o governo, o que seria ilegal.

### **Ação civil**

Sobre a transferência de dinheiro da Emap para o governo estadual, tramita na Justiça do Maranhão ação civil pública questionando este tipo de operação.

E essa ação foi o motivo pelo qual a Antaq iniciou investigações com processos administrativos contra a empresa.

A agência verifica se a Emap transferiu cerca de R\$ 140 milhões para a gestão estadual e se este dinheiro é oriundo do Porto do Itaqui.

### **Liminar**

Por sinal, o governo do Maranhão conseguiu barrar por um tempo estes processos administrativos com liminar concedida pela Justiça Federal.

A liminar caiu com decisão de desembargador federal e os processos voltaram a tramitar.

Esta ação do governo na Justiça contra a Antaq é mais uma demonstração de que a Emap não está disposta a receber fiscalizações, vistorias ou investigações.

## Esclarecimentos

O Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu nota de esclarecimento garantindo que não houve uso do token de servidores do Judiciário para envio de representação do ex-delegado Tiago Bardal contra o desembargador Tyrone Silva.

Segundo o TJ, a representação foi enviada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) via Correios, após passar pela Corregedoria de Justiça.

O uso do token do Tribunal de Justiça foi uma das declarações dadas por Bardal durante audiência na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados na última terça-feira, 2.

### Desqualificação

Ainda sobre a oitiva de Tiago Bardal e do delegado Ney Anderson Gaspar, a mídia ligada ao Palácio dos Leões passou todo o dia posterior aos depoimentos tentando minimizar a audiência.

E enquanto se tenta mostrar a ineficácia da audiência, a opinião pública, os deputados federais e o senador Roberto Rocha (PSDB) se movimentam para federalizar as investigações.

Roberto Rocha e Aluisio Mendes garantem que levarão o caso a Raquel Dodge, procuradora-Geral da República, para que o Ministério Público Federal entre no caso.

## **Denúncias contra Portela devem ser levadas a Dodge e Justiça Federal**

Parlamentares que participaram da oitiva com Tiago Bardal e Ney Anderson asseguraram desdobramentos nas investigações contra Jefferson Portela

As graves denúncias que pesam contra o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB), sustentadas pelos delegados de Polícia Civil Tiago Mattos Bardal e Ney Anderson da Silva Gaspar na oitiva realizada terça-feira pela Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal, serão levadas à procuradora-geral da República, Raquel Dodge e à Justiça Federal.

É o que asseguram os deputados federais Aluisio Mendes (Podemos) - que presidiu a oitiva - e Edilázio Júnior (PSD), além do senador Roberto Rocha (PSDB), que, segundo os delegados, foi um dos possíveis alvos de espionagem da cúpula da SSP.

Aluisio afirmou, durante a oitiva, que pedirá a Raquel Dodge abertura de investigação, com sustentação no relatório que será elaborado após a conclusão de todas as oitivas realizadas. Ele afirmou que outras oito pessoas devem prestar depoimentos ao colegiado.

“Quero dizer que já protocolei um outro requerimento na Comissão de Segurança Pública, número 90/2019, para que a comissão vá ao Maranhão, porque, além dos delegados Ney Anderson e Tiago Bardal, mais oito pessoas, incluindo integrantes do Sistema de Segurança Pública do estado, já se dispuseram a fazer depoimentos. Já oferecemos o instrumento da delação premiada, porque essas pessoas são hoje coagidas. Vamos acompanhados de membros do Ministério Público Federal”, revelou.

O senador Roberto Rocha também garantiu empenho no Senado para que o caso seja levado à Justiça Federal.

Citado pelo delegado Ney Anderson como um dos possíveis alvo de Portela - por meio de investigação clandestina -, o tucano pediu as notas taquigráficas das oitivas, relatou preocupação com a gravidade do caso e assegurou empenho para que haja uma investigação isenta.

“Levarei ao Plenário do Senado as graves denúncias feitas por dois delegados da polícia do Maranhão, em oitiva na Câmara de Deputados, denunciando o uso de arapongagem feita pelo Secretário de Segurança do Maranhão”, disse.

Ele afirmou que o Senado deve realizar audiências para apurar as graves denúncias. “Segundo a denúncia, a Secretaria de Segurança teria grampeado, sem ordem judicial, os telefones de desembargadores, deputados e de senador, para uso exclusivamente político. Mobilizarei a Justiça Federal para que se investiguem essas acusações”, completou.

Edilázio Júnior também destacou a oitiva dos delegados, ressaltou a consistência das denúncias e disse que



pedirá a federalização do caso.

“Todos nós estávamos ansiosos sobre o depoimento dos delegados. E eles mostraram muita firmeza, foram contundentes. Falaram nomes de operações, nomes de pessoas que foram investigadas, e cabe agora ao secretário de Segurança pedir voluntariamente a auditoria no Sistema Guardiã ou aguardar o que vou fazer aqui na Câmara e no Senado, que é pedir a federalização das investigações, para que possamos saber quem está faltando com a verdade: se são os delegados e ou se é o secretário de Segurança Pública do estado do Maranhão”, finalizou.

**Mais**

## **OUTRO LADO**

**A O Estado, o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, afirmou que não houve nenhuma novidade na oitiva dos delegados Ney Anderson e Tiago Bardal. “Trata-se de acusações vazias proferidas por bandidos que foram presos por ordem do Poder Judiciário. Por vingança contra a atuação firme do sistema de segurança, criaram versões mentirosas pra tentar escapar da atuação da lei”, disse.**

### **Tribunal nega uso de token de membros do Poder Judiciário**

O Tribunal de Justiça do Maranhão se manifestou por meio de nota, a um questionamento levantado pela Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal, na ocasião da oitiva dos delegados Ney Anderson e Tiago Bardal sobre a possibilidade ou não de uso de token por membros do Poder Judiciários para que representação chegasse ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na nota, o TJ rechaçou a possibilidade e assegurou que o Judiciário Estadual e seus membros jamais infringiram qualquer norma visando atentar contra a dignidade da Justiça. “[...] vimos esclarecer que tal hipótese é totalmente descabida, não sendo plausível ilações sobre o uso indevido do dispositivo no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão”.

De acordo com a nota, à época, o delegado Tiago Bardal encaminhou à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em 11/10/2017, ofício acompanhado de petição inicial e anexos, solicitando providências junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A então corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, encaminhou o expediente e seus anexos à presidência do TJ.

“Em 24/10/2017, o então presidente da Corte Estadual de Justiça, desembargador Cleones Cunha, à época, determinou a remessa do supramencionado ofício e seus anexos ao Conselho Nacional de Justiça para conhecimento e providências cabíveis, o que foi cumprido, na mesma data, via Correios, conforme comprovante de postagem”.

“A correspondência foi recebida no Conselho Nacional de Justiça em 27/10/2017, às 11:58 horas, conforme protocolo nº 14466. Na data de 10/11/2017, o então Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça determinou a autuação e distribuição da RD para processamento. Cumpre destacar que não houve em nenhum momento encaminhamento, autuação ou cadastro do referido expediente, através de token de magistrado ou de servidor, do Tribunal de Justiça do Maranhão”, explicou a nota.

## **E MAIS**

- No fim da tarde de ontem, foi ventilado que uma ação de busca e apreensão teria ocorrido no departamento de combate ao crime organizado da Seic.
- O pedido teria sido feito pelo Ministério Público Estadual por meio do Gaeco e aceito pelo juiz Ronaldo Maciel.
- O delegado responsável pelo setor, Gil Gonçalves, negou à coluna o tal evento e disse que o que aconteceu nada mais foi que uma reunião dele com o magistrado em questão.

## **Acusado de tentativa de homicídio é condenado a 9 anos de prisão em Açaílândia**

O crime ocorreu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão

Fonte: CGJ

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açaílândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira, dia 2. No banco dos réus, Jacleuson Feitosa dos Santos, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Danyel Mota Sousa. O Conselho de Sentença formado por jurados da comunidade decidiu pela condenação do réu, sendo fixada a pena de 9 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Destaca a denúncia que o crime ocorreu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão. Narra ainda que, na data mencionada, o réu estaria rondando as imediações do posto, supostamente com o intuito de cometer outros tipos de crimes e sendo impedido pela ação dos frentistas do posto, entre os quais, a vítima Danyel Mota. De acordo com a polícia, Jacleuson fazia abordagem a um caminhoneiro quando foi contido por Danyel e mais um frentista. Jacleuson teria ido até sua residência e voltado armado com uma espingarda.

Ao chegar no posto, ele teria alvejado Danyel com um disparo, e retornado para casa, sendo capturado horas depois. Na residência do acusado, a polícia encontrou a espingarda e mais uma munição intacta. Ele assumiu ter atirado em Danyel, mas não com a intenção de matar.

Além do juiz-presidente do júri, participaram da sessão a promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freira, que atuou na acusação, e as defensoras Amanda Maria Costa e Lívia Cavalcante Aguiar Lessa, que atuaram da defesa de Jacleuson Feitosa dos Santos. O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de Açaílândia.

## **Centro de Solução de Conflitos registra 500 mil acordos em junho**

O 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Imperatriz, sediado na Facimp Wyden, realizou 363 audiências no mês de junho, registrando o valor de R\$ 541.925,53 em acordos. O Centro de Conciliação realiza audiências pré-processuais e processuais, objetivando à resolução adequada de conflitos das áreas cível ou de família. Sob a coordenação da juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, o centro recebe demandas das varas cíveis e de família de Imperatriz.

As audiências são conduzidas por conciliadores/mediadores formados pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), devidamente capacitados para auxiliar as partes a chegarem a um consenso.

“Apesar de contarmos apenas com um servidor e os conciliadores voluntários, temos nos esforçado para levar à comunidade de Imperatriz os conceitos e as noções de mediação através de palestras em escolas, universidades e OAB. O trabalho do Centro de Conciliação vai muito além de fazer audiências”, pontuou a magistrada.

A magistrada adiantou que, por meio do CEJUSC, será lançado no próximo dia 9 o Projeto “Selo Amigo da Justiça” com diversos parceiros, dentre eles a Unimed e a Defensoria Pública do Estado.

“Para o segundo semestre deste ano, estamos esperando um volume maior de acordos. Aumentaremos a quantidade de audiências, trabalhando ao máximo dentro do que a estrutura nos permite. Também formaremos mais conciliadores/mediadores, que são igualmente divididos entre servidores e alunos do curso de Direito da nossa parceira Facimp Wyden. Queremos mostrar à sociedade de Imperatriz que a conciliação é a melhor forma de resolver conflitos”, afirmou o supervisor do 2º CEJUSC de Imperatriz, Aristeu Ferreira Guimarães, que destaca, ainda, a consequência positiva que se reflete até no comércio, com a circulação do valor no mercado e não mais parado em processos morosos. Do TJMA.

## **Homem que matou frentista é condenado a 9 anos de prisão**

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na última terça-feira (02). No banco dos réus, Jacleuson Feitosa dos Santos, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra a vítima Danyel Mota Sousa. O Conselho de Sentença formado por jurados da comunidade decidiu pela condenação do réu, sendo fixada a pena de 9 anos e quatro meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Ele não poderá recorrer em liberdade.

Destaca a denúncia que o crime ocorreu em 27 de fevereiro do ano passado, no Posto Regina III, no assentamento Trecho Seco, em São Francisco do Brejão. Narra ainda que, na data mencionada, o réu estaria rondando as imediações do posto, supostamente com o intuito de cometer outros tipos de crimes e sendo impedido pela ação dos frentistas do posto, entre os quais, a vítima Danyel Mota. De acordo com a polícia, Jacleuson fazia abordagem a um caminhoneiro quando foi contido por Danyel e mais um frentista. Jacleuson teria ido até sua residência e voltado armado com uma espingarda.

Ao chegar no posto, ele teria alvejado Danyel com um disparo, e retornado para casa, sendo capturado horas depois. Na residência do acusado, a polícia encontrou a espingarda e mais uma munição intacta. Ele assumiu ter atirado em Danyel, mas não com a intenção de matar.

Além do juiz-presidente do júri, participaram da sessão a promotora de Justiça Letícia Teresa Sales Freira, que atuou na acusação, e as defensoras Amanda Maria Costa e Lívia Cavalcante Aguiar Lessa, que atuaram na defesa de Jacleuson Feitosa dos Santos. O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de Açailândia. Do TJMA.

## **Professor é preso suspeito de crime de estelionato em Axixá**

Marlow é suspeito de ter praticado crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP contra aproximadamente sete vítimas.

O professor Marlow César Santana Oliveira, de 40 anos, foi preso por policiais da 1ª Delegacia Regional de Rosário, na tarde dessa quarta-feira (03), no município de Axixá, em cumprimento a mandado de prisão preventiva, expedido pela Primeira Vara Criminal de São Luís em 10 de setembro de 2013. A prisão é decorrente de investigações da Delegacia de Defraudações. Marlow é suspeito de ter praticado crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP contra aproximadamente sete vítimas.

No mandado de prisão, consta que ele praticou crime previsto no artigo 312 do Código Penal (apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio), com pena de dois a doze anos, e multa.

Ele seria proprietário de uma empresa e pedia que fossem emitidas notas em nome da Prefeitura de Vitorino Freire. Para pagamento, ele repassava cheques emitidos em nome do fundo municipal de saúde, todos sem fundos e um deles com informação de fraude. O mesmo foi encaminhado ao presídio, onde está à disposição da Justiça

## **Lourival Serejo é convidado paaa correspondente da Academia Brasiliense de Letras**

O desembargador Lourival Serejo foi convidado pela Academia Brasiliense de Letras para integrar o Quadro de Membros Correspondentes da instituição. O magistrado, que é vice-presidente do Tribunal de Justiça, escritor e poeta, já é membro efetivo de outras quatro academias. Serejo ocupa a cadeira nº 35 da Academia Maranhense de Letras e é membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras.

O convite formal foi feito pelo presidente da Academia Brasiliense de Letras, Fábio de Sousa Coutinho, por deliberação da diretoria da Associação. O patrono do desembargador, na cadeira nº 12 do referido quadro, será o escritor Francisco Adolfo Varnhagen.

O desembargador Lourival Serejo lançou recentemente, no mês de maio, a obra “Mistérios de uma cidade invisível”. O título da crônica remete aos 400 anos de histórias, lendas e mistérios da cidade de São Luís, fundada em 8 de setembro de 2012. A obra é uma homenagem à cidade de São Luís, onde o autor, natural de Viana (MA), reside desde 1969.

O escritor e suas obras - O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa nasceu na cidade de Viana, Maranhão. Filho de Nozor Lauro Lopes de Sousa e Isabel Serejo Sousa. Formou-se em Direito, em 1976, especializando-se em Direito Público, pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1980 e, posteriormente, em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco, em convênio com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão. Atualmente, é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão e vice-presidente da Corte.

Antes de ingressar na magistratura, Lourival Serejo foi advogado e promotor de Justiça. Na magistratura já exerceu as seguintes atividades: diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão, juiz auditor da Justiça Militar, membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e ouvidor do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Lourival Serejo publicou 23 obras: Rua do Porto (1997), O Presépio Queimado (1998), Contribuições ao Estudo do Direito (1998), Do Alto da Matriz (2001), O Baile de São Gonçalo (2002), Do Alto da Matriz, 2ª Edição (2004), Direito Constitucional da Família, 2ª Edição (2004), As Provas Ilícitas no Direito de Família (2004), Na Casa de Antônio Lobo (2006), Na Casa de Clóvis Bevilácqua (2007), A Família Partida ao Meio (2007), Da Aldeia de Maracu à Vila de Viana (2007), A Ética como Paradigma de Ativo Judicial (2010), Formação do Juiz, anotações de uma experiência (2010), Temas e Temáticas Jurídicas (2011), Entre Viana e Viena, 100 crônicas escolhidas (2012), Pescador de Memórias (2013), Aluísio Azevedo Sempre (2013), Novos Diálogos de Direito de Família (2014), Direito Constitucional da Família, 3ª Edição (2014), Direito Eleitoral (2016), Casablanca (2016) e Mistérios de uma Cidade Invisível (2019).

## **Roberto Rocha pede audiência sobre grampos ilegais da polícia do Maranhão no Senado**

O senador Roberto Rocha (PSDB) vai pedir uma audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal para tratar sobre o caso de suspeita de espionagem no Maranhão. A declaração foi dada após o parlamentar participar da oitiva do ex-delegado Tiago Bardal e do delegado afastado Ney Anderson Gaspar, ambos da Polícia Civil, na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado da Câmara dos Deputados, na tarde de terça-feira (02).

Citado sobre a inserção de seu telefone em grampos ilegais sob ordens do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, em maio deste ano, o parlamentar já havia protocolado, junto a Procuradoria Geral da República, uma representação com vistas à abertura de procedimento investigatório contra atos de abuso de poder praticados pelo secretário. Com o mesmo teor, ainda em maio, o senador enviou ofício ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, solicitando medidas investigativas junto à Polícia Federal e aos órgãos internos do Senado para apuração dos acontecimentos.

Na última terça-feira (02), após a oitiva na Câmara, Rocha fez um discurso no plenário do Senado, ocasião em que comunicou ao presidente Davi Alcolumbre que irá tomar providências sobre o caso, que classificou como grave.

“Grampear um Senador da República, grampear Deputados Federais, grampear desembargadores para usar como moeda política é algo verdadeiramente inaceitável! E nós vamos exigir, inclusive, uma audiência aqui na Comissão de Fiscalização e Controle, já que este Senador, que é Corregedor, não pode tomar nenhuma providência em relação ao ocorrido na Câmara dos Deputados. Mas a audiência será tratada aqui também na Comissão de Fiscalização e Controle, que é o território onde o Senado Federal pode tomar as providências”, disse o senador.



## **Ex-prefeito de São João do Caru é condenado por desviar dinheiro público para conta pessoal**

“Jadson do Zezinho” recebeu R\$ 6.255,47 em sua conta pessoal e a companheira dele, Thalia Ferreira, R\$ 8.080,00.

Jadson Lobo Rodrigues, o “Jadson do Zezinho”, ex-prefeito do município de São João do Caru, a 350km de São Luís, foi condenado pela Justiça do Maranhão por dispensa ilegal de licitação e crime de responsabilidade - desvio de dinheiro público.

Jadson foi condenado pelo juiz Bruno Barbosa Pinheiro a cinco anos e cinco meses de prisão e mais três anos de detenção. Além disso, ele deverá pagar também a quantia de dez dias-multa, um dia-multa teve seu valor fixado em dez salários mínimos. O ex-prefeito pode recorrer em liberdade.

A sentença de Jadson é de 18 de junho, mas só foi divulgada na última terça-feira (2). De acordo com as informações, o ex-gestor contratou serviços contábeis sem o devido procedimento licitatório e realizou transferências bancárias ilegais no valor de R\$ 200 mil.

A Promotoria afirmou ainda que Jadson realizou transferências bancárias de valores pertencentes ao município para sua conta pessoal e para as contas de pessoas próximas dele. “Jadson do Zezinho” recebeu R\$ 6.255,47 em sua conta pessoal e a companheira dele, Thalia Ferreira, R\$ 8.080,00.

A Justiça decretou a inabilitação do ex-prefeito pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação do dano causado ao patrimônio público ou particular.

Ele foi condenado ainda a reparar os prejuízos causados aos cofres públicos em R\$ 1.449.875,47, “valor referente às transferências ilegais subtraídas do patrimônio público municipal”.

\*Texto com informações do Estadão Conteúdo

## **Sindjus-MA solicita criação de comissão de prevenção e enfrentamento ao assédio moral no TJMA**

O secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Andrade, e o secretário de Saúde e Previdência, Ribamar Araújo, protocolaram requerimento solicitando a criação de comissão de prevenção e combate ao assédio moral. O secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Andrade, e o secretário de Saúde e Previdência, Ribamar Araújo, protocolaram requerimento solicitando a criação de comissão de prevenção e combate ao assédio moral. O Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA) protocolou, nesta quinta-feira (04), requerimento ao presidente da Comissão de Saúde do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador João Santana Sousa, solicitando a criação de comissão de prevenção e enfrentamento ao assédio moral.

O secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís Andrade, e o secretário de Saúde e Previdência do Sindicato, José Ribamar Pacheco Araújo, protocolaram requerimento, no fim da manhã de hoje (04), solicitando ao Tribunal de Justiça do Maranhão que seja formada, por meio de portaria, uma comissão de prevenção e combate ao assédio moral, integrada por membros da administração do TJMA e do Sindjus-MA. O requerimento solicita também que seja criada resolução dispendo sobre o acolhimento das vítimas e os procedimentos a serem adotados na instrução preliminar dos casos de assédio moral no ambiente de trabalho.

O pedido se baseia no dever do Estado de proteger a dignidade da pessoa humana assim como promover o bem de todos, sem preconceitos de sexo, raça, crença, idade e/ou qualquer outro tipo de discriminação, direitos fundamentais, previstos nos incisos III e IV do art. 1º, e nos incisos II, III e X do art. 5º; e dos direitos sociais trabalhistas, previstos nos incisos I e XXII do art. 7º, todos da Constituição Federal.

Para o secretário de Saúde e Previdência do Sindjus-MA, José Ribamar Pacheco Araújo, a criação da comissão tem o intuito de preservar a qualidade de vida e a saúde laboral no ambiente de trabalho. “A formação dessa comissão tem o objetivo de viabilizar condições que contribuam para que todos possam conviver num ambiente de trabalho saudável, fatores primordiais para satisfação de servidores, colaboradores e membros do Poder Judiciário, que são os responsáveis pela entrega da prestação jurisdicional. Assédio moral é uma problemática com efeitos em cadeia para vítima e para a sociedade”, disse.

### **Combate ao Assédio Moral**

O combate ao assédio moral tem sido uma preocupação nacional e devido a sua crescente relevância. O tema está incluído no planejamento estratégico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em recente pesquisa, publicada no fim do ano passado, aponta um crescimento de 30% nos processos de assédio moral nos tribunais brasileiros no período de dois anos.

O Tribunal do Rio Grande do Sul instituiu, por meio do Ato 038/2015, uma Comissão Paritária de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Doenças Decorrentes do ambiente de trabalho. Na mesma esteira, o Senado Federal publicou o Ato do 1º Secretário nº 8, de 2018 que dispõem sobre os procedimentos para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no ambiente de trabalho do Senado Federal.

Conforme consta no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do

Maranhão, metas visam proporcionar melhoria na qualidade de vida, bem como uma política de atenção integral a saúde de servidores e magistrados. Uma das possibilidades dessa preocupação da instituição pode ser a constatação diagnosticada na análise do ambiente interno de trabalho, que apontou como um dos pontos fracos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão casos de assédio moral.

O tema assédio moral também chama a atenção na avaliação anual de saúde, quando os servidores têm a oportunidade de avaliar o ambiente de trabalho e de responderem se foram vítimas de assédio nas modalidades moral ou sexual. Dessa forma, é de fundamental importância, a preocupação do Tribunal de Justiça em diagnosticar e prevenir a existência desse mal que assola as relações de trabalho privadas e públicas.

“O assédio moral prejudica o ambiente de trabalho e impacta determinadamente na vida do assediado, reduzindo sua produtividade e debilitando a sua saúde física e mental. Os casos precisam ser identificados e combatidos, pois podem prejudicar toda uma organização e sociedade. Por isso, é necessária a atuação do Tribunal, do Sindicato, dos servidores e da sociedade”, destacou o secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís Andrade.

## **Nota de Pesar: Mariana Rocha Avelino**

O presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins, e toda a Diretoria do Sindicato, vêm a público manifestar pesar pelo falecimento da pequena Mariana Rocha Avelino, filha da servidora Luana de Sousa Rocha Avelino, técnica judiciária e secretária judiciária lotada na 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz.

Mariana Rocha Avelino faleceu vítima de câncer. O velório será realizado amanhã (4), em Imperatriz, na Igreja Santa Teresa D`Avila, dia em que ela completaria 8 aninhos. O Sindjus-MA lamenta a profunda perda e se solidariza com a servidora e sua família.